

## **REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE EXTENSÃO**

### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Este Regimento dispõe sobre a composição, competências e funcionamento do Conselho de Extensão (CoEx), órgão colegiado superior deliberativo sobre programas, projetos, cursos e atividades de extensão, subordinado às diretrizes do Conselho Universitário (ConsUni) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

### **CAPÍTULO II DA CONSTITUIÇÃO, ELEGIBILIDADE E MANDATO DOS MEMBROS**

**Art. 2º.** O Conselho de Extensão (CoEx) será integrado pelos seguintes membros:

- I** - Pró-Reitor de Extensão, como seu presidente;
- II** - um representante de cada Conselho de Centro;
- III** - um representante de cada Departamento Acadêmico
- IV** – representantes do corpo discente de pós-graduação eleitos por seus pares;
- V** - representantes do corpo discente de graduação eleitos por seus pares;
- VI** – representantes do corpo técnico-administrativo eleitos por seus pares

§ 1º. Só poderão ser membros docentes do CoEx aqueles da carreira do Magistério Superior da UFSCar, contratados em regime de dedicação exclusiva.

§ 2º. Para cada representante no CoEx deve ser indicado um suplente, escolhido pelo mesmo processo que o respectivo titular.

§ 3º. Os coordenadores vinculados à Pró-Reitoria de Extensão poderão participar das reuniões do CoEx, sem direito a voto.

**Art. 3º.** O Pró-Reitor de Extensão, em suas faltas e impedimentos, será substituído na presidência do Conselho de Extensão, pelo Pró-Reitor Adjunto de Extensão ou, na ausência deste, por um Coordenador da Pró-Reitoria de Extensão previamente designado.

**Art. 4º.** Em suas faltas ou impedimentos, os representantes dos conselhos, departamentos, discentes e servidores técnico-administrativos serão substituídos por seus respectivos suplentes.

**Art. 5º.** Os números de representantes do corpo discente e do corpo técnico administrativo serão estabelecidos pelo próprio Conselho, de modo que correspondam a até 25% e 5%, respectivamente, do número total de membros do CoEx.

**Art. 6º.** Os mandatos dos membros do Conselho de Extensão observarão o seguinte:

**I** – o mandato do Presidente corresponderá ao seu mandato como Pró-Reitor de Extensão.

**II** – o mandato dos representantes dos Conselhos de Centro é estabelecido por estes, de qualquer modo findando sempre que cada representante deixe de ser membro do respectivo Conselho de Centro.

**III** – o mandato dos coordenadores vinculados à ProEx é coincidente com seus mandatos como coordenadores, a critério do Pró-Reitor de Extensão.

**IV** - o mandato dos membros a que se referem os incisos IV e V do artigo 2º terá a duração de um ano permitida uma recondução consecutiva e o dos membros a que se referem os incisos III e VI do art. 2º terá a duração de dois anos, permitida uma recondução consecutiva.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA COMPETÊNCIA**

**Art. 7º.** Ao Conselho de Extensão compete:

**I** - formular, aprovar, acompanhar e avaliar a política institucional de extensão da Universidade, a partir da política institucional definida pelo ConsUni;

**II** - superintender e coordenar, em seu nível de competência, as atividades universitárias de extensão, zelando pela promoção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

**III** - fixar normas complementares às do Regimento Geral para o desenvolvimento da extensão, na forma do Regimento Geral das Atividades de Extensão da UFSCar;

**IV** – eleger, dentre seus membros, representantes titular e suplente para compor o Conselho Universitário e o Conselho de Administração;

**V** - propor ao Conselho Universitário a constituição de câmaras deliberativas ou assessoras e suas vinculações, conforme a natureza dos assuntos e obedecido o princípio de representatividade;

**VI** - aprovar o seu Regimento Interno e os regimentos internos das suas câmaras deliberativas ou assessoras e dos núcleos de extensão da Universidade;

**VII** - propor ao Conselho Universitário criação, alteração, fusão ou extinção de unidade especial de apoio à extensão e de unidade multidisciplinar da Universidade;

**VIII** - decidir sobre propostas, indicações ou representações de interesse da Universidade em assuntos de sua esfera de ação;

**IX** – definir e avaliar a utilização dos recursos destinados ao custeio das atividades de extensão;

**X** – emitir pareceres e deliberar sobre as propostas e relatórios relativos à projetos, programas ou propostas de atividades de extensão, opinando sobre a sua implantação, reformulação, extinção, continuidade, aprovação e encerramento;

**XI** – propor critérios de distribuição de recursos financeiros destinados ao desenvolvimento de atividades de extensão da Universidade;

**XII** – propor, alterar e avaliar normas definidoras das atividades de extensão da Universidade;

**XIII** – avaliar o conjunto das atividades de extensão, com base nos relatórios encaminhados, com a finalidade de diagnosticar:

- a. possíveis problemas;
- b. a eficácia das atividades realizadas;
- c. os custos dessas atividades;
- d. a população atingida.

**XIV** – ao examinar projetos, propostas, programas ou relatórios de atividades de extensão, o colegiado basear-se-á em pareceres emitidos por consultores, que poderão ser os próprios membros da Câmara de Extensão, especialistas no assunto, comissões, outros colegiados ou o Pró-Reitor de Extensão.

**XV** – deliberar sobre normas para acompanhamento das atividades de extensão de docentes e discentes, no que se refere às atividades de extensão.

**XVI** – deliberar sobre propostas de eventos relacionados especificamente à extensão, que envolvam outras pró-reitorias.

**XVII** – propor políticas e procedimentos para realização de convênios ou acordos de cooperação relacionados à extensão;

**XVIII** - Deliberar sobre a celebração de convênios ou acordos de cooperação em que atividades de graduação constituam o objeto principal, considerando as manifestações dos setores jurídicos e financeiros competentes;

**XIX** – deliberar sobre roteiros para a apresentação de propostas, projetos ou programas de extensão e de seus respectivos relatórios, propostos pela Pró-Reitoria de Extensão;

**XX** – determinar prazos para o encaminhamento de propostas e relatórios relativos às atividades e programas de extensão;

**XXI** – deliberar sobre o relatório anual de atividades da Pró-Reitoria de Extensão;

**XXII** - analisar e acompanhar os afastamentos de servidores da Universidade visando realizar estágios de formação ou aperfeiçoamento profissional, cursos de extensão, aperfeiçoamento ou especialização (pós-graduação *lato sensu*), programas de atualização/qualificação e outros similares, bem como participar de provas desportivas oficiais, mediante convocação específica;

**XXIII** - examinar os recursos contra atos do Pró-Reitor de Extensão e deliberações das suas câmaras e dos conselhos de centros, unidades especiais de apoio à extensão e unidades multidisciplinares não-subordinadas a centros, pertinentes à extensão, nos casos e na forma definidos no Regimento Geral;

**XXIV** – deliberar, originariamente ou em grau de recurso, sobre qualquer outra matéria de sua esfera de competência não prevista no Estatuto e no Regimento Geral da UFSCar, no Regimento Geral das Atividades de Extensão e neste Regimento;

**XXV** – Outras competências previstas no Regimento Geral das Atividades de Extensão.

**Art. 8º.** Ao Presidente do Conselho de Extensão compete, entre outras funções decorrentes de sua condição:

**I** – administrar e representar o Conselho.

**II** – convocar e presidir as reuniões do Conselho.

**III** – cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho.

**IV** – adotar, em casos de urgência, medidas que se imponham em matéria de competência do CoEx, submetendo, posteriormente, o seu ato à ratificação do Conselho.

**V** – convocar reuniões extraordinárias do Conselho sempre que a urgência na resolução de determinados problemas o justifique.

**Art. 9º.** Aos demais membros do Conselho de Extensão compete:

**I** – participar das reuniões do Conselho de Extensão e das câmaras deliberativas ou assessoras que vierem a integrar, contribuindo para o andamento das discussões e encaminhamentos.

**II** – comunicar aos seus representados o andamento dos trabalhos do Conselho e colher sugestões deles para discussões de assuntos em pauta.

**Art. 10.** Os serviços de apoio administrativo ao Conselho de Extensão serão executados pela Secretaria Executiva da Pró-Reitoria de Extensão, a quem compete:

**I** – organizar os processos.

**II** – elaborar a pauta de reuniões.

**III** – emitir avisos de convocação de reuniões aos membros do Conselho.

**IV** – emitir declaração de presença em reuniões do CoEx, sempre que solicitada.

**V** – tornar acessível, a todos os membros do Conselho a documentação necessária aos processos e ao adequado desenvolvimento das reuniões.

**VI** – lavrar atas das sessões ordinárias e extraordinárias das reuniões do Conselho.

**VII** – orientar membros do Conselho e da comunidade acadêmica sobre procedimentos relativos a questões afetas ao Conselho.

**VIII** – realizar outros serviços atinentes ao Conselho ou determinados por ele ou por sua presidência.

## CAPÍTULO IV

### DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE EXTENSÃO

**Art. 11.** O Conselho de Extensão reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação da Presidência, por iniciativa própria, ou por solicitação formal subscrita pela maioria absoluta de seus membros.

§ 1º. A convocação dos membros do colegiado será feita com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, em documento escrito, pelo seu Presidente, com a indicação da pauta de assuntos a serem tratados na reunião.

§ 2º. A antecedência de 48 (quarenta e oito) horas poderá ser abreviada e a pauta poderá ser omitida quando ocorrerem motivos excepcionais a serem justificados no documento de convocação ou no início da reunião, desde que aceitos pela maioria dos membros do colegiado.

**Art. 12 –** O Conselho de Extensão reunir-se-á com a presença da maioria dos seus membros, deliberando pelo voto da maioria dos presentes à reunião, salvo nos casos especiais previstos no Estatuto, no Regimento Geral ou no regimento geral das atividades de extensão.

§ 1º. Não serão computadas para efeito de contagem de quorum, as representações que não estiverem efetivamente preenchidas na data da convocação da respectiva reunião.

§ 2º. Decorrido um intervalo de trinta minutos a partir da hora marcada para o início da sessão, a reunião será instalada com quorum mínimo de 30%, não sendo computadas as representações não preenchidas;

§ 3º. Havendo necessidade de prorrogação de reuniões para outras sessões, estas se instalarão com o quorum mínimo de 30%.

**Art. 13.** Considerar-se-á presente à reunião o membro do colegiado lotado em outro *campus* diferente daquele da sede da reunião, em que instalados os meios necessários à plena participação virtual à distância, por meio de tecnologias de comunicação, tais como internet, vídeo-conferência e outras similares existentes ou que venham a ser desenvolvidas no futuro.

§ 1º. Para validade da participação virtual devem ser instalados em cada *campus* da UFSCar, em espaço físico adequado à presença dos membros locais, os equipamentos necessários à comunicação recíproca à distância e em tempo real entre todos os membros do órgão deliberativo.

§ 2º. Também para validade da participação virtual, em cada ambiente destinado à presença virtual em reunião de órgão colegiado, haverá um membro para auxiliar na direção dos trabalhos e um servidor para auxiliar os trabalhos de secretaria, ambos designados pelo presidente do colegiado.

§ 3º. O membro e o servidor designados para auxiliar nos trabalhos serão responsáveis pela elaboração de listas com as assinaturas dos presentes e de atas parciais das reuniões, documentos que serão encaminhados à secretaria do colegiado respectivo para serem juntados à lista principal de presenças e à ata principal como seus anexos.

**Art. 14.** O Conselheiro que faltar, sem a devida justificativa, por três vezes consecutivas ou cinco intercaladas às reuniões do Conselho de Extensão poderá ser excluído, a critério do próprio Conselho, cabendo à Presidência solicitar a sua substituição.

**Parágrafo único.** O membro do colegiado que, por motivo justo, não puder comparecer à reunião convocada deverá comunicar essa impossibilidade à secretaria, para que esta convoque o seu suplente.

**Art. 15.** Cada membro do colegiado terá direito a apenas um voto, à presidência cabendo apenas o voto de desempate.

**Parágrafo único.** Por iniciativa da Presidência ou proposta de membro, o CoEx poderá autorizar a participação de pessoas não pertencentes ao colegiado em reuniões ordinárias ou extraordinárias, sem direito a voto, com a finalidade de prestar esclarecimentos ou informações relevantes para a análise de assunto constante da pauta da reunião.

## **CAPÍTULO V DAS CÂMARAS**

**Art. 16.** O Conselho de Extensão poderá propor ao Conselho Universitário a constituição de câmaras deliberativas ou assessoras, de caráter permanente ou temporário, com suas vinculações, conforme a natureza dos assuntos e obedecido o princípio de representatividade.

**Art. 17.** As câmaras de caráter permanente são encarregadas de tratar de assuntos regulares e contínuos, referentes a atividades, projetos especiais de extensão, cursos e residências, estando a elas delegado, pelo Conselho, o poder de deliberar sobre os assuntos de sua alçada.

**Art. 18.** A composição e funcionamento das câmaras permanentes deverão estar previstas em regimento interno, aprovado por este Conselho.

**Art. 19.** O Conselho poderá propor ao Conselho Universitário, sempre que necessário, câmaras temporárias, fixando sua composição e o prazo de efetivação dos trabalhos, em conformidade com as exigências específicas que requeiram a criação deste tipo de comissão.

## **CAPÍTULO VI DOS PROCESSOS**

**Art. 20.** Toda matéria encaminhada à apreciação do Conselho de Extensão é passível de autuação em processo, dependendo de sua natureza ou gravidade.

**Parágrafo Único.** Os processos que venham a constar da Ordem do Dia ficarão na Secretaria Executiva da Pró-Reitoria de Extensão (ProEx) à disposição para consulta dos membros.

**Art. 21.** A interrupção da tramitação dos processos somente se dará por pedido expresso e por escrito do(s) interessado(s).

**Art. 22.** Os processos em tramitação pelo Conselho de Extensão deverão ser acompanhados por pareceres das comissões, colegiados ou órgãos constituídos para análise, no limite de sua competência específica e da necessidade de instrução adequada.

## **CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 23.** Os casos omissos neste Regimento Interno serão resolvidos, na esfera executiva, pela Presidência e, na esfera deliberativa, pelo plenário do Conselho de Extensão.

**Art. 24.** Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.